



*Agenda 150 Anos de Memória
Histórica do Tribunal Bandeirante*

*Homenagem ao
Desembargador Aniceto Lopes Aliende*

18/05/2015

ÍNDICE

Clique nas chamadas para ser remetido para a página onde se localiza o texto

DISCURSO - Des. Luis Paulo Aliende Ribeiro (Orador em nome do Tribunal de Justiça de São Paulo)

DISCURSO PROFERIDO EM NOME DA FAMÍLIA - Carlos Eduardo da Matta (genro do homenageado)

ENCERRAMENTO - Dr. José Renato Nalini (Presidente do Tribunal de Justiça)

A Corte paulista, em cerimônia realizada no Palácio da Justiça, homenageou o Desembargador Aniceto Lopes Aliende, em continuidade à Agenda 150 Anos de Memória Histórica do Tribunal Bandeirante.

O Tribunal de Justiça de São Paulo, por meio do projeto **Agenda 150 Anos de Memória Histórica do Tribunal de Justiça Bandeirante**, homenageou o desembargador **ANICETO LOPES ALIENDE**. O projeto Agenda 150 anos é coordenado pelo desembargador Ricardo Henry Marques Dip e tem a finalidade de dignificar e enobrecer desembargadores, juizes e servidores do Judiciário paulista. **ANICETO LOPES ALIENDE**, natural de Vargem Grande do Sul, formou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, turma de 1948. Ingressou na Magistratura em 1952 e, em 1969, assumiu cargo de juiz do Tribunal de Alçada Civil. Foi presidente do 2º TAC no biênio 1976/1977. Chegou ao cargo de desembargador do TJSP em 1979, instituição que também presidiu no biênio 1990/1991. Aposentou-se em 1992 e faleceu em 2013.

O desembargador **LUIS PAULO ALIENDE RIBEIRO**, sobrinho do homenageado, foi orador em nome da Corte:

Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, Desembargador **José Renato Nalini**, em cuja pessoa saúdo as demais autoridades aqui presentes.

Senhores e Senhoras Desembargadores, Juizes, Procuradores de Justiça, Promotores, Advogados e Professores.

Demais autoridades, estimados servidores do Judiciário. Nossos Familiares, nossos amigos.

Senhoras e Senhores.

Tomado pela emoção, neste evento que integra a “Agenda 150 Anos de Memória Histórica do Tribunal Bandeirante”, buscarei cumprir, com indisfarçável alegria, a dignificante incumbência - quiçá a mais previsível, senão desde meu ingresso na Magistratura Paulista, mas por certo a partir da minha acolhida como Desembargador desta Casa - de, em nome do Tribunal de Justiça de São Paulo, falar em uma Homenagem ao Desembargador Aniceto Lopes Aliende.

E confesso a todos que a responsabilidade por tamanha honraria não assusta este pouco experiente orador que, ciente de suas limitações e deficiências, tem a seu favor a admirável pessoa do Homenageado.

O grande mérito desta “Agenda 150 Anos” não se esgota na recordação de grandes figuras da nossa Magistratura e deste nosso Tribunal.

Esta feliz iniciativa constitui-se, acima de tudo, em uma forma de colocar em destaque pessoas de inquestionável dignidade, importância e relevância, contribuindo, assim, para informação e conhecimento dos que, especialmente os mais novos, não tiveram a fortuna de com elas compartilhar experiências.

Aniceto Lopes Aliende, Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo - a querida Faculdade do Largo de São Francisco, das Arcadas -, da Turma de 1948, advogara, antes de seu ingresso na Magistratura, na comarca de São João da Boa Vista. Esta comarca contava, à época, com o Município de Vargem Grande do Sul, de seu nascimento, em 1923, às margens do Rio Fartura, e cujo aniversário comemoramos na data hoje, precisamente (ou preciosamente, melhor dizendo) escolhida pelo Presidente Renato Nalini, neste dia 18 de maio.

Na magistratura assumiu como Juiz Substituto da circunscrição judiciária com sede em Barretos, e, por dois anos, cumpriu jornada de substituições que incluiu, além da sede, passagens por São José do Rio Preto e Penápolis.

Nesse período de breve advocacia e de início de carreira conheceu juizes que, segundo afirmara, balizaram sua formação profissional de magistrado, dentre os quais José Carlos Ferreira de Oliveira, João Mendes, Dimas Rodrigues de Almeida, João Guzzo Filho, Isnard dos Reis, Alceu Cordeiro Fernandes e José Geraldo Rodrigues de Alckmin.

Já como Juiz de Direito, suas comarcas efetivas foram, inicialmente, Brotas e Taquaritinga.

Chegou então à comarca de Presidente Prudente, aquela que, nas palavras do homenageado, foi a que marcou indelevelmente sua vida, tendo optado pela permanência quando da promoção para 4ª entrância.

Juiz de Direito Substituto em 2ª Instância em 1966, foi Juiz do Tribunal Regional Eleitoral, do antigo Tribunal de Alçada Civil uno e do Segundo Tribunal de Alçada Civil, do qual foi Vice-Presidente no biênio 1974/1975 e Presidente no biênio 1976/1977.

Tomou posse no Tribunal de Justiça de São Paulo, como um dos 36 integrantes da Corte, em 1979.

Mas para que o relato da trajetória de Aniceto Lopes Aliende na Magistratura não se limite a uma protocolar listagem de uma sequência de comarcas e designações, trago as palavras com que foi saudado, em sua posse como Desembargador, em 11 de maio de 1979, pelo então Vice Presidente do hoje extinto Segundo Tribunal de Alçada Civil, seu amigo Maércio Frankel de



Abreu Sampaio, com ricos detalhes extraídos da convivência e contemporaneidade:

“ANICETO LOPES ALIENDE é antes o Homem e depois o Juiz. É um complexo de notáveis realizações humanas e profissionais, mas é, muito mais, um maior cultor das atitudes simples, que carregam um universo de conteúdo.

Eis por que antes se disse que era dificultosa a tarefa de narrar a sua excepcional dimensão, só conhecida por aqueles que, de perto, receberam o toque de sua sensibilidade ímpar.

Recebeu-a ele, por certo, envolta na segurança e energia de atitudes, de sua ascendência, de que tanto se orgulha.

Recebeu-as, essas mesmas sensibilidade e segurança, do contraste entre a tranquilidade dos campos verdejantes da Vargem Grande do Sul e a altivez serrana de São Roque da Fartura, região em que nasceu e forjou a sua personalidade.

Não direi de sua formação cultural e profissional, ou das inúmeras atividades exercidas, inclusive como Professor de Direito, a não ser em ligeiras lembranças que a memória marcou.

Distantes os caminhos que conduzem ao tempo, poderia perde-los em atalhos de todos sabidos.

Embora o tivesse conhecido nas velhas Arcadas, por volta dos idos de 1946, pude senti-lo mais de perto, quando se fez meu vizinho, na Comarca de Brotas.

Ambos, alternadamente, substituíamos no foro do velho Jaú, onde já se ouvia dizer da sua capacidade jurídica e da sensível impressão que deixava como magistrado.

Nossos rumos geográficos, desde logo, fizeram-nos ausentes, um do outro, mas sua presença era permanente, através da expressão de seu nome de juiz insigne, cujas sentenças impressionavam o segundo grau de jurisdição. Ainda se tem vivo na minha memória o entusiasmo do saudoso Desembargador Plínio de Carvalho Pinto a dizer-me sobre certo magistrado cujo judicium tanto o impressionara e a seus companheiros de Câmara - e que outro não era senão ANICETO ALIENDE.

Fez época em Presidente Prudente, onde deixou marcada sua linha de justiça escoreta e onde a capacidade de um Dalmo do Vale Nogueira, ao tornar-se entusiasta de seu trabalho, já constituía uma atestação de seu merecimento.

Destinado às culminâncias, veio ter a esta Capital.¹

E aqui, atuou, como lembrou o Desembargador Maércio Sampaio, “com a felicidade do obreiro humilde, que se orgulha de construir uma catedral.”²

A sua simplicidade no agir, a segurança e sensibilidade antes destacadas pelo amigo Dr. Maércio, estão presentes nos agradecimentos formulados por ocasião da posse no cargo de Desembargador, ocasião em que Aniceto Lopes Aliende nos revela seu ideal de magistrado ao expor que:

“...Já o disse, no passado, e o repito, que fui ou procurei ser, nas comarcas porque passei, um juiz sem complacência para com os desonestos; sem rancor para com os infelizes. Um amigo das populações que me acolheram, procurando resolver e não criar casos. Um cidadão de classe média, compartilhando das alegrias e dores que marcam o compasso da existência. Por isso detive-me, ao longo da carreira, na incessante vigilância sobre mim mesmo; buscando expungir do espírito os resquícios de qualquer sentimento inferior de vaidade, de temor, de represália ou vingança. Este esforço de depuração, esta contenção constante, constituem talvez, o sacrifício maior da carreira. Porque não podem conduzir a um isolamento dos homens e das realidades da vida. As regras do direito destinam-se à atuação prática. E o juiz só se encontra e completa quando raciocina em termos de homem do seu tempo e de sua gente, e não sobre meras abstrações teóricas.”³

Estas ideias se completam com o discurso proferido pelo Desembargador Aniceto Aliende, encarregado da oração oficial na Instalação do Ano Judiciário de 1982, ao afirmar que o Estado de Direito se estabelece fundado na ordem jurídica, na liberdade responsável e, sobretudo, no primado da Justiça. Trata-se de verdadeira aula em que destacou a importância do Judiciário para ao final afirmar, com peculiar sensibilidade e segurança, que este Poder do Estado deve contar não somente com as Leis e instalações indispensáveis e imprescindíveis para sua atuação, mas, precisa, acima de tudo, do Juiz.

Juiz que ame e se sacrifique pela Justiça.

Participamos hoje, entretanto, de um evento singelo, que exige a manutenção do foco na figura do homenageado.

Aniceto Lopes Aliende, Desembargador, 3º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça em 1986/1987 e 1º Vice-Presidente no biênio 1988/1989, foi eleito e exerceu, no biênio 1990/1991, a Presidência da Corte Bandeirante.

E o fez com destaque que até hoje é lembrado por todos.

O fez com sincero contentamento de ter chegado ao mais alto cargo da magistratura paulista.

Aposentou-se em novembro de 1992 e sua concisa carta de aposentadoria revela a sensação de dever cumprido. Escreveu: “Senhor Presidente,

1 RJTJESP, São Paulo, LEX, 58, p. 506-507.

2 Ibidem, p. 507.

3 Ibidem, p. 519.



Ao cabo de uma longa carreira judiciária, aposento-me já nas proximidades da imposição compulsória do afastamento da função pública, ditada pela norma constitucional.

E o faço com a viva e consoladora constatação de ter sempre recebido, dos colegas de magistratura, uma inestimável colaboração para o desempenho das graves atribuições que me confiaram, no correr dos anos. Conforta-me e me enche de orgulho ter participado da legião dos que, diuturnamente, mantém bem viva a chama do idealismo e operosidade que caracteriza a magistratura paulista.

Ao ensejo, na pessoa de Vossa Excelência, expresso a gratidão aos companheiros do Egrégio Tribunal de Justiça, e a todos os integrantes da nossa magistratura, bem como aos funcionários que possibilitaram a concretização de muitos dos nossos anseios.”

Estes são pequenos fragmentos que, neste evento, pude coletar nos arquivos oficiais para tentar trazer a esta homenagem algo da grandeza do Juiz Aniceto Lopes Aliende, magistrado cuja dimensão somente pode ser compreendida por aqueles que com ele conviveram.

Cabe, neste momento, acrescentar algo da experiência pessoal deste magistrado hoje incumbido de proferir estas palavras, e que talvez aqui esteja por ter tido a ousadia de tentar seguir a carreira em que brilhava seu tio.

E já naquela oportunidade, ao deixar os bancos das Arcadas, já se era possível prever o peso da responsabilidade de seguir esses passos.

Mas como procurei expressar, ao dedicar ao meu tio Aniceto Lopes Aliende minha tese de Doutorado, defendida nas mesmas Arcadas, foi ele a fonte principal de meus ensinamentos, de meu estímulo, isto em função de tudo o que ele realizou.

E neste ponto posso dar um primeiro testemunho, este referente à simplicidade cotidiana da pessoa de Aniceto Aliende.

Pode parecer contraditório, mas confesso que apesar da próxima convivência com um dos mais destacados magistrados paulistas, somente compreendi a existência e importância do Direito e das carreiras jurídicas já próximo do exame vestibular, ao assistir, maravilhado, a posse de meu tio como Desembargador neste Egrégio Tribunal de Justiça.

Até então ele era o Tio Doni, que com a Tia Lourdes e as filhas, Marília e Natália, chegava todo sábado, por anos a fio, na casa de meus pais, Paulo e Dulce, em Vargem Grande do Sul; tios com os quais, nas férias de janeiro e julho, eu passava dias e dias na Fazenda Santa Terezinha.

Um casarão imponente, uma figueira centenária, estábulo, gado, cafezal, e o frio da montanha que limitava ao verão o uso da piscina. Figueira que hoje compartilha o panorama com um majestoso jatobá - que por certo floresceu nas proximidades da piscina e da churrasqueira porque ali fora atirada semente colhida pelo Dr. Aniceto em uma de suas muitas caminhadas pela propriedade.

Jamais pude imaginar que o irmão de minha mãe, companheiro inseparável do tio Natalino, e que na roça trocava o temo pelo sapatão pudesse ser, em São Paulo, um homem tão importante.

E certamente por isso não fiquei surpreso, ao preparar este texto, com a confiança do meu filho Rodrigo (que me auxiliou na revisão) de que para ele, que só teve contato com Aniceto Aliende depois de aposentado, na casa da tia Lourdes, em tantos almoços de domingo ou na biblioteca mostrando a um garoto, com paciência, livros de pássaros e árvores, na fazenda observando o gado com o tio Ulisses, ou na casa de minha mãe, em Vargem, recitando poemas e citações em espanhol com as irmãs Olinda e Dulce, de que aquela pessoa amável e culta tivesse sido o que foi para a magistratura, o que meu filho, como eu, somente veio a constatar depois de ter iniciado, na FGV, os estudos de ensino superior.

No final do ano de 1980 fui acolhido na casa de meus tios e, aprovado no vestibular, ingressamos, Natália e eu, em 1981, na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. E ao passar a integrar o meio jurídico pude, de imediato, tomar conhecimento de quem Aniceto Aliende era nesse contexto.

Cinco anos de faculdade e ao final ninguém fala em concurso para a magistratura. A Natália ingressa no Ministério Público e o Luís Paulo, confirmando a ascendência espanhola, nega (por mera teimosia ou para ocultar seu real intento) qualquer interesse pela carreira de juiz.

Até que em 1987, quando da publicação de edital de concurso, fui perguntar o que achava o meu tio a respeito dessa possibilidade.

Um sorriso carinhoso e alegre foi o sinal para que eu me dedicasse ainda mais aos estudos, e aprovado, a permanente lembrança de que na magistratura eu deveria sempre atuar com dedicação superior à de meus pares, conduta que assumi com naturalidade, não por imposição, mas pela natureza das coisas.

Agora, já no cargo final da carreira, posso afirmar, em um segundo testemunho, que a proximidade com o Desembargador Aniceto Lopes Aliende, a par desse sentimento de maior responsabilidade funcional, só me propiciou situações de contentamento.

Impressiona o fato de que a maioria das pessoas às quais fui ou ainda sou apresentado, e que tiveram contato com o Desembargador Aniceto Aliende, buscam certificar-se do parentesco para, em seguida, confidenciar uma passagem de suas



vidas em que o nosso Homenageado atuara de forma significativa e admirável.

Até pouco tempo eu imaginava que desejassem, com isso, que eu retomasse a meu tio o seu relato, e eu o fiz o quanto foi possível. Mas essa conduta persiste, agora que já não se pode repassar o noticiado.

Porque o dia 4 de dezembro de 2013 se apresentou com duas partes distintas.

Uma feliz, quando finda a eleição e ao receber meus cumprimentos, aqui em frente, no Salão dos Passos Perdidos, o Presidente eleito José Renato Nalini assegurou que eu ficaria com sua cadeira na Primeira Câmara de Direito Público, aquela que eu já ocupava em substituição.

Mas ao final da tarde, para tristeza de muitos, faleceu nosso Homenageado. E no dia seguinte retomamos ao Salão dos Passos Perdidos para despedida.

Tudo com a convicção de que ficam suas obras, seus descendentes, seu legado, ou seja “tudo que realizou”.

O temos presente neste Palácio da Justiça, no Fórum João Mendes onde ficava o “Segundinho”, nos seus alunos, colegas e admiradores. E também junto à figueira e à casa da Fazenda, emolduradas pelo serpentear do Fartura. Está, por certo, tão próximo quanto sempre esteve do seu querido Luiz Carlos, e, eternizado no nosso coração, segue como exemplo para gerações: atual e vindouras.

Aos mais novos deixo meu alentador testemunho de que o nome e a lembrança do Dr. Aniceto, e a natural responsabilidade que isto carrega, não é, nem pode ser algo pesado. É uma dádiva, que suaviza e engrandece o caminho.

Para concluir esta Homenagem, trago a lembrança das palavras com que Aniceto Lopes Aliende brindou seus mais próximos por ocasião da já referida posse neste Egrégio Tribunal:

“Permitam-me que não me aparte da tradição de oferecer este momento, que é de grandeza, para os que o propiciaram. Para meu pai, que foi, em vida, um homem intrépido, que trocou os alcantis da Sierra de Guadarrama pelos contrafortes da Serra da Mantiqueira; e que me transmitiu a lição maior de amor à terra por onde serpenteia o Fartura; para minha mãe, lúcida e forte nos seus rijos oitenta e oito anos de idade. Para minha mulher, por todas as renúncias a que se obrigou, em uma dedicação total ao lar, para que condições houvesse de trabalho para o marido. Em seu braço me apoio nesta curva alongada do caminho. Disfarçadamente reunimos forças; e prosseguimos na jornada, como se ela realmente fosse ‘o mais suave de todos os caminhos’. Para minhas filhas e meu genro. E principalmente, sem adjetivo algum, para Luiz Carlos, que força alguma pode tornar ausente, por um dia sequer, de nossos corações.”

Na certeza de que Aniceto Lopes Aliende está presente, sempre, nos nossos corações, encerro com especial Homenagem a sua esposa Maria de Lourdes Femandes Aliende, que se avizinha dos noventa anos, braço de apoio do nosso Homenageado em sua trajetória.

Agradeço a presença de todos e peço a Deus força e coragem para que, no dia a dia e nas incumbências de cada um, possamos dar continuidade aos sonhos de Aniceto Lopes Aliende, Homem e Juiz.

Muito obrigado.

Em seguida, CARLOS EDUARDO DA MATTA, genro do homenageado, discursou em nome da família:

Fui honrado com o suavíssimo encargo de ler as palavras de agradecimento de minha esposa N:rtália nesta homenagem a seu pai, o des. Aniceto Lopes Aliende, ex-Presidente deste Egrégio Tribunal de Justiça.

Em primeiro lugar gostaríamos de agradecer a gentil lembrança e iniciativa do ilustre Presidente desta Corte em incluir esta homenagem ao Dr. Aniceto entre os eventos da ‘Agenda 150 anos de memória histórica do Tribunal Bandeirante’, algo que representa um justo reconhecimento pela figura do homem born e excelente juiz, que dedicou mais de quatro décadas de sua vida à Magistratura paulista.

Vossa Excelência, Dr. Nalini., sabe o apreço e amizade que o Desembargador Aniceto Aliende sempre dedicou a sua pessoa, sentimentos que perduraram luito além da convivência profissional, um vez que, tendo Dr. Aniceto se aposentado em 1992 continuaram amigos ainda por vinte anos, até a data de seu falecimento.

Gostaríamos também de agradecer ao Desembargador Luís Paulo Aliende Ribeiro pela bela oração proferida, pelas palavras de carinho que vêm do coração.

Luís Paulo, mais do que um estimado sobrinho, foi para Dr. Aniceto um verdadeiro filho e, ao abraçar a carreira da Magistratura, permitiu-lhe a realização do sonho, tragicamente interrompido com a morte de Luiz Carlos, de ter um filho juiz.

Dr. Aniceto sempre acompanhou com alegrias e angústias de pai todos os passos da brilhante carreira de Luís Paulo e por muito pouco não chegou a vê-lo promovido ao cargo de desembargador desta Corte, o que para ele teria sido motivo de incontido orgulho.



O Desembargador Aniceto Aliende viveu sempre inteiramente dedicado à família e à Justiça. Foi esposo amoroso (da querida Dona Maria de Lourdes), pai presente, afetuoso avô.

Exemplo extraordinário de homem e de juiz, só fez o bem a todos aqueles que dele se aproximaram e a simples menção de seu nome, onde quer que seja, sempre é seguida por elogios e histórias de seus atos de justiça e sabedoria.

Nós da família tivemos o privilégio de conhecê-lo em sua privacidade, enxergá-lo em toda sua dimensão humana e assim conviver com alguém que sempre concretizou as noções do que é ser íntegro e probo.

Dr. Aniceto, além de tudo que fez e construiu durante sua vida, deixa a todos seus familiares algo imaterial, mas extremamente valioso, a herança do nome que ajudou a construir, e que é motivo de orgulho para todos. Este legado precioso traz encargo: o de agir de maneira a respeitar e honrar sua memória e seu nome, pois, como lembra LUCAS, capítulo 12, versículo 48: “A quem muito foi dado, muito será pedido”.

Tenho certeza de que Dr. Aniceto se encontra hoje no lugar reservado por Deus aos justos e é com imensa alegria que ele deve assistir neste momento a reunião de tudo o que ele tanto amou em vida: a família, os amigos e este Tribunal.

Parafraseando Carl Sagan: “Diante da vastidão do tempo e da imensidão do espaço foi para nós um alegria compartilharmos uma época e um planeta com Aniceto Lopes Aliende”.

Muito obrigado.

Ao encerrar o evento, o presidente JOSÉ RENATO NALINI falou, muito emocionado, sobre sua relação profissional e pessoal com Aniceto. “Homem profundamente bom e terno, sem perder a erudição e a técnica. Aprendi com ele postura, língua portuguesa e amor à Justiça.”

Prestigiaram a cerimônia o corregedor-geral da Justiça, desembargador Hamilton Elliot Akel; os desembargadores Ricardo Mair Anafe, Artur Marques da Silva Filho e Geraldo Francisco Pinheiro Franco (presidentes das seções de Direito Público, Privado e Criminal, respectivamente); o presidente do TJSP no biênio 2006/2007, desembargador Celso Luiz Limongi; o vice-presidente do Tribunal de Justiça Militar de São Paulo, Fernando Pereira, representando o presidente; o procurador de Justiça Álvaro Augusto Fonseca de Arruda, representando o Conselho Superior do Ministério Público; o secretário adjunto da Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos, José Marcos Sequeira de Cerqueira, representando o prefeito de São Paulo; o coronel da PM Luiz Eduardo Pesce de Arruda, representando o deputado estadual Coronel Camilo; o presidente da Comissão de Resgate da Memória da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção São Paulo, José de Ávila Cruz, representando o presidente; o juiz substituto em 2º grau Durval Augusto Rezende Filho, representando o presidente da Associação Paulista de Magistrados (Apamagis); o chefe da Assessoria Policial Militar do TJSP, coronel PM Whashington Luiz Gonçalves Pestana; o chefe da Assessoria Policial Civil do TJSP, Fábio Augusto Pinto; o chefe de gabinete da Presidência do TJSP e decano da Academia Paulista de Letras, poeta Paulo Bomfim; a irmã do homenageado, Dulce; as filhas Marília Fernandes Aliende e Natalia Fernandes Aliende da Matta; o cunhado Paulo e os netos Estela, Guilherme, Henrique, Amanda, Laura e Victor; os sobrinhos Denise e Antonio Carlos; desembargadores; juízes; membros do Ministério Público; defensores públicos; advogados; familiares; servidores e convidados.

